

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA – DPsi

**ENTENDENDO OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS NA EXPERIÊNCIA DE
FAMÍLIAS ACOLHEDORAS DURANTE O ACOLHIMENTO**

Caroline Valério Gilhi

Profa. Dra. Sabrina Mazo D'Affonseca

**São Carlos
2022**

CAROLINE VALÉRIO GILHI

**ENTENDENDO OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS NA EXPERIÊNCIA DE
FAMÍLIAS ACOLHEDORAS DURANTE O ACOLHIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Psicologia da
Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar) e financiado pela Fundação de
Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
(FAPESP) 2021/03133-8

Orientadora: Sabrina Mazo D’Affonseca

**São Carlos
2022**

RESUMO

O serviço de acolhimento “Famílias Acolhedoras” se constitui como alternativa ao acolhimento institucional. Ele consiste na capacitação de famílias voluntárias para exercer o cuidado temporário de crianças e adolescentes afastados da família por decisão judicial. O presente estudo teve como objetivo investigar as representações, motivações, dificuldades e o papel da psicologia na promoção do acolhimento familiar saudável. Participaram da pesquisa três famílias e dois profissionais da psicologia do serviço “Famílias Acolhedoras” de duas cidades do interior do estado de São Paulo. Foram conduzidas entrevistas remotas com os participantes, os quais responderam a um roteiro de entrevista semi estruturado elaborado pela autora. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente. Os resultados apontam o papel da psicologia no acolhimento familiar saudável, bem como a complexidade da experiência das famílias. Além disso, ele se apresenta como alternativa saudável ao acolhimento institucional, pois, em detrimento dos vínculos que foram interrompidos, traz possibilidades para que a criança construa novas relações e reorganize sua realidade com o auxílio de novas figuras de referência e afeto.

Palavras-chave: acolhimento; família acolhedora; psicologia; criança

ABSTRACT

The "Welcoming Families" program is an alternative to institutional care. It consists of training voluntary families to exercise the temporary care of children and adolescents away from the family by judicial decision. This study seeks to investigate the representations, motivations, difficulties and the role of psychology in promoting a healthy host family. Three families and two psychology professionals from the "Welcoming Families" from two cities in the interior of the state of São Paulo participated in the research. Remote interviews were conducted with the participants, who responded to a semi-structured interview script prepared by the author. The interviews were recorded, transcribed and qualitatively analyzed.. The data will be coded and grouped into categories of analysis, for further discussion based on the literature of the area. The results point to the role of psychology in promoting a healthy host family, as well as the complexity of the families' experience. In addition, it presents itself as an alternative to institutional care because, as a result of healthy bonds, they were brought as a reference, it brings possibilities for the child to build new relationships and reorganize their reality with the help of new figures of affection.

Keywords: foster care; welcoming family; psychology.; children

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| MÉTODO | 12 |
| PARTICIPANTES | 12 |
| INSTRUMENTOS | 13 |
| PROCEDIMENTOS | 13 |
| ETAPA 1 - ASPECTOS ÉTICOS | 13 |
| ETAPA 2 - COLETA DE DADOS | 14 |
| ETAPA 3 - ANÁLISE DE DADOS | 14 |
| RESULTADOS | 15 |
| DISCUSSÃO | 27 |
| REFERÊNCIAS | 36 |
| ANEXO 1 | 44 |
| ANEXO 2 | 46 |
| ANEXO 3 | 47 |
| ANEXO 4 | 50 |

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes trata-se de um fenômeno histórico, que se perpetua como problema social e de saúde pública. Quando o adulto, instituição e sociedade negligenciam seu dever de proteção a crianças e adolescentes e cometem ou omitem atos capazes de produzir danos físicos, sexuais ou psicológicos, considera-se que há violação de direitos e, portanto, violência (Minayo, 2001; Bazon 2008). A violência compreende quatro principais manifestações, sendo elas física, sexual, psicológica e negligência. A agressão física caracteriza-se como castigo corporal motivado por desprezo e/ou tentativas falhas de disciplina, enquanto a violência sexual é a obtenção do estímulo sexual para si ou para outros através da criança/adolescente. A psicológica, por sua vez, ocorre quando a criança/adolescente é depreciada, através de ameaças e situações que o menospreza (Bazon, 2008; Garbin et al., 2012).

Como subcategoria de violência psicológica, é considerada a convivência familiar inadequada, pois nela ocorre exposição a comportamentos que prejudicam o desenvolvimento emocional da criança, como violência conjugal e uso abusivo de álcool e drogas por seus cuidadores (Bazon, 2008). Já a negligência, de acordo com a *World Health Organization - WHO* e *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect - ISPCAN*, órgãos com papel fundamental e relevante na área, ocorre quando os pais não possuem disposição ou capacidades psicológicas para exercer o cuidado da criança, e não demandam ajuda de outras pessoas, não atendendo, com isso, às necessidades físicas e emocionais do filho, considerando que esses cuidados poderiam ser oferecidos (Bazon et al., 2010; Pasian et al., 2015).

Por isso, é importante diferenciar negligência e pobreza uma vez que, mesmo sendo condições muito associadas, a negligência não ocorre somente em cenários de baixos níveis econômicos. Segundo Dubowitz, Black, Starr e Zuravin (1993), quando as

necessidades da criança não são atendidas devido à condição econômica, a criança e a família estão sofrendo negligência estatal. Nesse sentido, a reflexão sobre a culpabilização dos cuidadores por atos negligentes é complexa, pois fatores psicológicos, sociológicos e econômicos devem ser considerados (Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Bazon et al., 2010; Pasian et al., 2013; Assis, Pinto & Avanci, 2014).

A negligência estatal compõe outra forma de violência cujas reflexões surgiram a partir de fatores sociais e histórico-econômicos: a violência estrutural. Esse tipo de violência é “naturalizada” por seu caráter constante e porque não há diretamente a interferência do sujeito de maneira imediata no ato violento (Bazon, 2008). A ausência ou precariedade de políticas públicas compõem o quadro de negligência e de violência estrutural, e são fatores que tornam vulnerável o desenvolvimento e crescimento de crianças e adolescentes (Minayo, 2001; O’Donnell, Scott & Stanley, 2008; Bazon et al., 2010; Pasian, 2012; Calcing & Benetti, 2014; Pasian et al., 2015).

Pesquisas acerca dos efeitos da violência mostram que a intensidade do dano varia de acordo com diversos fatores, sendo alguns deles o apoio social e a existência e qualidade de serviços e programas na comunidade que atenuam essas consequências (McLewin & Muller, 2006; Lawrence, Carlson & Egeland, 2006; Bazon et al., 2010). Em sua totalidade, a violência afeta consideravelmente o desenvolvimento comportamental, emocional, cognitivo, social e físico de quem a sofre (Reichenheim, Hasselmann & Moraes, 1999; Gomide, 2003; Gomide, Guimarães & Meyer, 2003; Bazon, 2008; Garbin et al., 2012; Barros & Freitas, 2015; Pasian et al., 2015).

A partir disso, conforme o art. 227, do Capítulo VII da Constituição Federal (Brasil, 1988) e Artigo 101 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Brasil, 2016), caso seja impossível ou não recomendável que a criança ou adolescente permaneça com

os pais, o poder familiar é suspenso. Após a suspensão e esgotadas todas as tentativas obrigatórias do poder judicial para que a criança retorne à família de origem, ficando evidente que não há possibilidade de retorno, faz-se necessário a intervenção do Estado com a destituição do poder (Brasil, 2016). De acordo com o Artigo 1638 do Código Civil (Brasil, 2002), a destituição do poder familiar ocorre em último caso e se dá a partir da morte dos pais ou por causas previstas na lei, como castigar imoderadamente o filho, deixá-lo em abandono e praticar atos contrários à moral. Dados do Conselho Nacional do Ministério Público mostram que o alcoolismo/dependência química dos cuidadores, abandono, abuso sexual intrafamiliar, violência doméstica e negligência são os motivos mais comuns de destituição do poder familiar e acolhimento (CNMP, 2013), sendo a negligência o maior deles (Theodore et al., 2007; Bazon 2008; Hahm et al., 2010; Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Bazon et al., 2010; Pasian, 2012; Pasian et al., 2015; Valin & Rocha, 2021).

Nesses casos, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA estabelece nove medidas protetivas. Entre elas estão o acolhimento institucional e o serviço de acolhimento familiar, incluído na nova Lei de Adoção (nº 12.010; Brasil, 2009). De acordo com o artigo 92 do ECA, o acolhimento institucional é uma medida protetiva de caráter provisório e que deve assegurar a preservação dos vínculos familiares, promover a reintegração familiar, proporcionar atendimento personalizado em pequenos grupos e a participação na comunidade local, entre outros (Brasil, 2016).

Estudos apontam que o acolhimento institucional não é o melhor ambiente para o desenvolvimento seguro, pois, apesar de mudanças na legislação para garantia total de direitos, há falhas estruturais e processuais nas instituições (Minayo, 2001; Álvares & Lobato, 2013; Calcing & Benetti, 2014; Acioli et al., 2018; Valin & Rocha, 2021). Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, há aproximadamente 34 mil crianças

em situação de acolhimento institucional e 36 mil pessoas interessadas em adotá-las, sendo 83% das crianças com idade superior a 10 anos, e apenas 2,7% dos pretendentes que desejam adotar crianças nessa faixa etária (CNJ, 2020). Por esses motivos, alguns dos impasses para o desenvolvimento saudável nesse ambiente são o grande número de crianças acolhidas sob responsabilidade de poucos cuidadores, jovens que permanecem nas instituições por anos, dificuldade de convivência comunitária, a fragilidade de vínculos e das redes de apoio (Minayo, 2001; Álvares & Lobato, 2013; Acioli et al., 2018; Valin & Rocha, 2021).

A partir desse contexto, pesquisas mostram que a criança ou adolescente que já possui consequências advindas das situações estressoras do histórico violento e do afastamento do convívio familiar (Lawrence, Carlson & Egeland, 2006; Garbin et al., 2012; Álvares & Lobato, 2013; Barros & Freitas, 2015; Luz, Tronco & Gelain, 2016; Valin & Rocha, 2021), tem probabilidade considerável de desenvolver prejudiciais padrões comportamentais, emocionais e neurológicos nas instituições, assim como problemas de apego, distúrbios de humor e atrasos no desenvolvimento (Minayo, 2001; Johnson, Browne, & Hamilton-Giachritsis, 2006; Álvares & Lobato, 2013; Oliveira-Monteiro et al., 2013; Rocha & Carvalho, 2014; Miranda, Molla & Tadros, 2019; Valin & Rocha, 2021).

Diante dessas dificuldades, o serviço de acolhimento familiar surge como alternativa ao acolhimento institucional e deve ser acessado anteriormente à instituição (lei 12.010/2010). O acolhimento familiar é um serviço de proteção social de alta complexidade, que consiste na capacitação de famílias voluntárias selecionadas previamente para exercer o cuidado integral e temporário de crianças e adolescente com perspectiva de retorno à família de origem, uma vez afastadas por decisão judicial (Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Valente, 2012; Kuabara et al., 2016; Acioli

et al., 2018). Durante o acolhimento, o serviço deve acompanhar a criança, a família acolhedora e a família de origem, com o objetivo de reintegração ao término do acolhimento, o que explica o caráter provisório do serviço.

Esse processo propõe-se a possibilitar que os recursos simbólicos e materiais das famílias de origem sejam potencializados, para que eles possam construir e restabelecer sua autoestima, desenvolver condições para colocarem-se como cidadãos de direitos e romper o ciclo violento (Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Moreira, 2014; Assis, Pinto & Avanci, 2014). A intervenção do Estado também é necessária para assegurar condições adequadas socialmente e economicamente a essas famílias para o retorno do acolhido. Quando, por fim, ele não é possível, é realizado o trabalho de encaminhamento do acolhido para adoção (Enout, 2004; Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010).

O serviço foi denominado “Serviço Família Acolhedora” pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, e hoje é legitimado como política pública nacional (PNCFC, 2006). Os principais objetivos da família acolhedora são o cuidado individualizado, convivência familiar e comunitária, preservação da história do acolhido, dos vínculos familiares com a família de origem e reintegração familiar (Brasil, 2009). As famílias que se disponibilizam para o serviço são acompanhadas desde o processo de inscrição e são capacitadas pela equipe técnica do serviço, formada por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros (Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Cerutti, 2016).

Devem possuir alguns critérios fundamentais para o acolhimento, como disponibilidade afetiva e emocional, flexibilidade, rotina familiar, espaço e condições gerais da residência, motivação, aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes,

estabilidade emocional, capacidade de lidar com separação, e relações saudáveis de apego e desapego (Brasil, 2009; Kuabara et al., 2016; Luz, Tronco & Gelain, 2016). A preferência pelo serviço como medida protetiva em detrimento ao acolhimento institucional se explica pela importância dos critérios e do cuidado no ambiente familiar (Poletto & Koller, 2008; Bussinger & Lima, 2014; Luz, Tronco & Gelain, 2016).

É nesse ambiente que as primeiras relações de apego são desenvolvidas, e fatores como a existência de rede social de apoio, ausência de negligência e presença de laços afetivos no sistema familiar minimizam o impacto de eventos adversos e constituem desenvolvimento saudável (Poletto & Koller, 2008; Bussinger & Lima, 2014; Acioli et al., 2018). Além disso, o cuidado individualizado no ambiente familiar se sobrepõe ao cuidado coletivo do acolhimento institucional, pois permite a expressão da singularidade e a emergência da subjetividade na criança (Bento, 2010; Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Valente, 2012).

A dedicação afetiva e a disposição emocional são muito importantes para relações mútuas de afeto e, à medida que vínculos são criados, é possível quebrar o ciclo da falta de cuidado presente na vida do acolhido até então (Kuabara et al., 2016). Outro critério para a participação das famílias no serviço é a existência de relações saudáveis de apego. De acordo com a teoria do apego, relações de apego seguro permitem que a criança desenvolva modelos internos marcados por sentimentos de valorização e apoio, além de garantir tranquilidade emocional e segurança, construindo base sólida para que a criança desenvolva autoconfiança e confiança na relação com outras pessoas (Bowlby, 1988)

Portanto, pesquisas mostram que o serviço de acolhimento familiar minimiza o impacto da violência, do abandono e do afastamento da família de origem, pois proporciona vínculos que auxiliam na reconstrução da confiança e autoestima da

criança, preservando sua história e visando a reintegração familiar e comunitária (Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Valente, 2012; Valente, 2013; Bussinger & Lima, 2014; Kuabara et al., 2016; Luz, Tronco & Gelain, 2016; Acioli et al., 2018; Cardoso, 2018).

Apesar dos benefícios dessa modalidade de acolhimento, segundo dados do Censo SUAS 2019, existem 381 unidades que executam o serviço de acolhimento em Família Acolhedora no Brasil, o que correspondente a 4% dos serviços de acolhimento existentes. Em contramão a esse dado, em países como os Estados Unidos da América esse tipo de acolhimento se apresenta como destaque e vêm alcançando resultados positivos. Dados oficiais de 2011 mostram que o percentual dos serviços de acolhimento familiar - *Foster Family Care* - é maior que 70% (DHHS, 2011), assim como na Inglaterra, que ultrapassa 80% (UKP, 2011).

Dessa forma, levando em consideração as vantagens e possibilidades do serviço como medida protetiva a crianças e adolescentes vítimas de violência, o objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar, na perspectiva das famílias acolhedoras, as representações, motivações, dificuldades e impactos envolvidos e causados pelo acolhimento. Também pretende-se analisar a perspectiva de psicólogos que fazem parte da equipe técnica do serviço e entender o papel da psicologia na promoção do acolhimento familiar. O objetivo da análise é contribuir com a literatura que aborda o contexto do acolhimento e estudar elementos que o tornam fator de proteção para crianças e adolescentes.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Participaram dessa pesquisa três famílias acolhedoras e dois profissionais da psicologia que atuam no serviço de acolhimento em família acolhedora. Para o recrutamento foram contatadas as unidades dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade de São Carlos e de Jundiaí, para indicação e posterior autorização de contato com os participantes. Os dados dos participantes estão representados na tabela 1.

Tabela 1.
Caracterização dos participantes

| Participantes | Gênero | Idade (anos) | Escolaridade | Profissão | Classe Social | Cidade |
|----------------------|---------------|---------------------|-----------------------|-------------------------------------|----------------------|-----------------|
| P1 | Masculino | 43 | Superior Completo | Psicólogo | Média | São Carlos - |
| P2 | Feminino | | Superior Completo | Psicóloga e Coordenadora do Serviço | Média | Jundiaí - SP |
| F1 | Masculino | 36 | Doutorado | Professor | Média | São Carlos - SP |
| | Feminino | 41 | Doutorado | CEO | | |
| F2 | Feminino | 38 | Ensino Superior | Analista de RH | Média | Jundiaí - SP |
| F3 | Masculino | 43 | Ensino Médio Completo | Zelador (ajudante geral) | Média | Jundiaí - SP |
| | Feminino | 35 | Superior Completo | Analista Contábil | | |

INSTRUMENTOS

Os instrumentos adotados para a pesquisa foram dois roteiros de entrevista semi estruturados, um para guiar as entrevistas com as famílias (Anexo 1) e outro para os profissionais (Anexo 2), ambos construídos pela pesquisadora. A versão inicial dos roteiros foram enviados para outros pesquisadores com o objetivo de verificar a adequação dos mesmos. Após a avaliação dos especialistas, foram realizadas as alterações sugeridas.

O roteiro das famílias incluem dados de caracterização, informações da inscrição no serviço e do acompanhamento recebido, dados do acolhido (idade, duração do acolhimento), identificação das motivações para o acolhimento, dificuldades no processo e a experiência como todo. Já o roteiro dos profissionais incluem dados de caracterização, tempo de experiência no serviço, breve descrição do histórico de trabalho, descrição do trabalho atual na equipe, informações sobre o relacionamento com as famílias, dificuldades na realização do trabalho, pontos fortes e limitações do serviço e impressões pessoais acerca dos impasses na sua implementação.

PROCEDIMENTOS

ETAPA I - ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Com a aprovação (CAAE 45972621.5.0000.5504) , foi feito o recrutamento dos participantes (famílias e profissionais) que participaram da pesquisa após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (ver anexos 3 e 4).

ETAPA 2 - COLETA DE DADOS

Todas as entrevistas individuais foram realizadas através de videoconferência na plataforma Google Meet. Além dos participantes, estavam presentes a pesquisadora e uma auxiliar de pesquisa (estudante do curso de psicologia). As entrevistas tiveram duração de aproximadamente uma hora. As entrevistas foram gravadas com anuência dos participantes e posteriormente transcritas.

ETAPA 3 - ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas foram analisadas qualitativamente. Inicialmente foi realizada a leitura e seleção de trechos das respostas dos participantes, os quais foram codificados. Esses códigos, posteriormente, foram agrupados em famílias (categorias) de análise.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram divididos em dois tópicos, sendo eles: a (1) *percepção da psicologia na promoção do acolhimento familiar* e (2) *descobrir os sentidos e significados na experiência do acolhimento familiar: percepção das famílias acolhedoras*. O primeiro tópico aborda os principais dados obtidos acerca da vivência dos psicólogos no serviço de acolhimento familiar dos dois municípios. No geral, as questões elucidaram a percepção dos profissionais sobre o serviço e atividades que desempenham e, conseqüentemente, o papel da psicologia no acolhimento. Já o segundo tópico, aborda sobre a vivência das famílias acolhedoras, elucidando as principais emoções e dificuldades presentes na experiência como um todo.

Para garantir o sigilo e anonimato, bem como facilitar a leitura e interpretação das informações, os profissionais foram identificados pelas siglas P1 e P2 e cada membro da família acolhedora pelas siglas F1, F2 e F3. Até o momento do presente estudo, as famílias F1, F2 e F3 realizaram, respectivamente, um, cinco e três acolhimentos. Os dados das entrevistas foram agrupados em códigos e posteriormente em categorias, que serão expostas a seguir.

Percepção da psicologia na promoção do acolhimento familiar

Em relação à trajetória profissional, P1 relatou passagens em serviços da prefeitura do município em que atuava desde 2013, sendo que sua atuação no serviço de acolhimento familiar se iniciou a partir do final de 2019. P2 relatou seu trabalho com políticas públicas desde 2004, sendo transferida em 2016 para o acolhimento familiar, onde atuou como psicóloga e, a partir de 2020, como coordenadora do serviço, cargo em que se encontrava no momento da coleta de dados. Outra questão presente nos relatos foi o tempo de existência do serviço. Em São Carlos, o serviço passou a existir no ano de 2013, enquanto o serviço de Jundiá é classificado como um dos primeiros serviços de acolhimento familiar do Brasil, tendo seu funcionamento iniciado em 2009.

A participante caracteriza esse fator como diferencial, ponto forte e elenca o serviço do município como muito maduro.

O primeiro passo, de acordo com os participantes, é a divulgação do serviço. Na fala de P1, o processo geralmente “*corre boca e boca*” e foi classificado como “*defasado*”. Após a divulgação, as pessoas geralmente entram em contato com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS do município para saber sobre o serviço. Entretanto, a maioria se encontra interessada no processo de adoção, e cabe ao profissional explicar os reais princípios do serviço. Nesse processo, eles relatam que boa parte delas desistem:

“Nós fizemos um cálculo e costumamos ficar com 5 a 10% das famílias que se inscrevem. Não é só desistência, são cortes que fazemos. A gente faz uma seleção e esses 10% são aqueles que avaliamos como habilitados.” (P2)

Em relação à seleção das famílias, ambos trouxeram questões sobre avaliação de requisitos práticos, legais e emocionais que consideram indispensáveis para que uma família se torne acolhedora. Acerca dos requisitos legais e práticos, foram abordadas questões como: análise de antecedentes criminais e de documentação, condições de moradia, perfil da criança que gostariam de acolher e rotina, perfil e estrutura da família que, de acordo com P2, deve possuir disponibilidade integral para que o auxílio e cuidado com a criança seja extremamente personalizado.

Em relação a aspectos emocionais, apareceram questões como: não ter interesse na adoção, ter disponibilidade afetiva, flexibilidade e entender o processo de desacolhimento:

“A pessoa tem que entender que ela está participando de um processo de auxílio e cuidado, vai haver afeto e troca de sentimentos, mas essa criança tem uma família de origem, que pode recuperar a guarda, ser encaminhada para família extensa ou para a adoção. A família precisa entender que a criança tem uma história.” (P1)

Em seguida, os dois participantes trouxeram relatos sobre as capacitações realizadas com as famílias interessadas no acolhimento. Em relação ao serviço de São Carlos, P1 trouxe que há um “*pequeno processo de capacitação*” organizado e aplicado por ele. A capacitação tem duração de três dias e aborda temas como: apresentação do serviço, políticas públicas, histórico dos abrigos e do acolhimento no Brasil, direitos da criança e do adolescente, ECA, processo de aproximação e desacolhimento da criança, desafios do acolhimento, conceitos de negligência e família, bem como a preferência pelo acolhimento familiar:

“Nós mostramos toda essa evolução para que a pessoa entenda que existe um histórico, uma legislação específica para esse trabalho e não é um trabalho voltado para caridade, mas sim para a garantia de direitos. Para que a pessoa entenda que existe uma rede em volta do serviço [...] Também colocamos uma situação bem realista, explicamos os desafios que as famílias vão encontrar, para que se tire um pouco dessa idealização que as famílias muitas vezes têm: de que vai ser apenas um trabalho bonito.” (P1)

Quanto ao serviço de Jundiaí, a participante trouxe pontos semelhantes e pontos que divergem. A capacitação conta com cinco encontros e os temas convergem com os abordados por P1, entretanto, P2 relata que os temas são organizados a partir das diretrizes de um livro chamado “Orientações Técnicas Para Serviços de Acolhimento”, além de partes personalizadas pela equipe:

“[...] Temos uma parte bastante nossa que se refere ao desenvolvimento infantil, o quanto uma criança perde de seu desenvolvimento ao estar em uma instituição, não ter o cuidado personalizado [...] Falamos um pouco sobre pessoas em situação de vulnerabilidade, passamos filmes, tudo isso para tentar fazer uma aproximação e sensibilização com o público da assistência social.” (P2)

Em relação à categoria “papel do psicólogo no acolhimento familiar”, ambos trouxeram diversas possibilidades e exemplos de atuação. De acordo com os dois relatos, o psicólogo realiza o acompanhamento tanto da criança, quanto da família acolhedora e de origem, divergindo na periodicidade e na estrutura institucional. Segundo P1, era papel dele verificar se o acolhimento ia bem e se havia dificuldades. Nesse caso, a maioria delas eram resolvidas através de atendimentos que ele realizava com a família acolhedora e com a criança conforme a demanda. P2 também trouxe a questão da demanda, porém abordou mais sobre a periodicidade do acompanhamento, informando o contato diário que o serviço mantinha com as famílias que estavam acolhendo e reuniões a cada quinze dias com todas as famílias do serviço.

Quanto à categoria “família de origem”, ambos participantes relataram que o acompanhamento era realizado semanalmente, com visitas para a criança uma ou duas vezes na semana. Porém, P1 relatou fatores que dificultavam as visitas, como o compartilhamento do prédio e do motorista responsável com os demais serviços do CREAS. Já no município de Jundiaí esses recursos eram próprios do serviço e estavam integralmente disponíveis. Além disso, P1 trouxe relatos sobre as emoções da família de origem em relação ao acolhimento, as relações afetivas que a criança mantinha com ela e sobre o investimento feito na recuperação da guarda. O participante finalizou dando o exemplo de um caso em que a mãe foi afastada dos filhos devido à dependência química, mas após acompanhamento e tratamento aliado ao CAPS, a questão foi resolvida:

“Tem ciúmes, eles se sentem comparados com a família acolhedora: “vão roubar ele de mim”, “a casa deles é mais bonita que a minha”; chegando a solicitar o retorno da criança para a casa de acolhimento, onde não há ciúmes ou comparação, não é outra família envolvida [...] Quando a criança vai para a instituição e depois para uma casa nova, a história afetiva dela não foi apagada. O desejo dela é voltar para a casa, por pior que tenha sido a relação. Por exemplo, há

três crianças aqui que estão acolhidas, e todo dia depois da visita elas ficam ali “na barra da saia” da mãe delas. O desejo delas, por mais que a outra família seja legal, é voltar para a casa da mãe [...] Esse é um trabalho que é e que deve ser feito, para que se pense em todas as possibilidades e a criança não vá para a adoção direto. Tem casos que é o único recurso, mas existem casos em que é possível investir na recuperação da guarda da família.” (P1)

Sobre o acompanhamento da criança, ambos trouxeram a comunicação clara e adaptada à sua linguagem para comunicá-la sobre todos os passos do acolhimento, desde o início até o desacolhimento. De acordo com P2, a criança possui um álbum de fotos chamado “*Fazendo a minha história*”, como forma de auxílio para que a criança entenda toda a sua vivência e história. Já com as famílias acolhedoras, os profissionais relataram sobre suas percepções referentes às principais dificuldades enfrentadas por elas: o período de adaptação, em que é necessária disponibilidade afetiva para conhecer a criança e o processo do desacolhimento, onde há apego e ruptura. Segundo P1, há momentos em que o acolhido, devido ao histórico de violência, reage às situações de forma intensa e geralmente desproporcional ao problema em si, o que gera a necessidade de realizar atendimentos. Com isso, ele relatou exemplos cotidianos das dificuldades de adaptação:

“Havia um adolescente acolhido que me ligava dizendo que queria voltar para a casa de acolhimento. Quando eu ia investigar, percebia que eram problemas referentes à rotina normal, não queria fazer lição e queria jogar videogame. E os padrinhos eram super afetuosos... mas ele tinha esse movimento de, quando muito contrariado, querer ir embora. Na história de vida dele, os pais sumiram no mundo. Essa coisa de sumir sempre esteve muito presente para ele, então qualquer coisa ele queria ir embora. Também lembro de um caso em que a criança estava fazendo muito xixi na cama. Depois de conversarmos, percebemos que ela estava acostumada com a rotina de filas da casa de acolhimento para fazer xixi, então ela demorava para ir ao banheiro porque estava esperando os irmãos irem primeiro, mesmo havendo mais banheiros na casa.” (P1)

Como forma de apoio às famílias, além dos atendimentos, P2 relatou sobre as reuniões periódicas e famílias de apoio. De acordo com a profissional, havia reuniões a cada 15 dias com todas as famílias acolhedoras, como espaço de capacitação, escuta, acolhimento e troca de experiências; e famílias de apoio, caracterizadas pela participante como famílias acolhedoras que, quando não estavam acolhendo, eram incluídas nos acolhimentos de outras famílias para prestar apoio e se aproximar da criança. P1, por sua vez, relatou seu desejo em implementar no serviço essas reuniões de troca, mas que não era possível no momento devido a falta de estrutura.

A falta de estrutura foi uma dificuldade do serviço abordada por P1, junto com: pouca adesão do serviço, divulgação defasada, falta de um motorista da equipe, de um espaço próprio do serviço e de um grupo com as famílias para troca de experiências. Por fim, sobrecarga profissional e defasagem na equipe — composta apenas por ele — apareceram sete vezes em seu relato. Essas dificuldades não apareceram no relato de P2, mas sim a existência de poucas pessoas habilitadas para o acolhimento, a mudança de cultura lenta e gradual para maior adesão e conhecimento do acolhimento familiar e a falta de compreensão do próprio sistema de justiça acerca da complexidade do trabalho realizado pela equipe, o qual era composta por quatro pessoas: coordenadora, assistente social, psicóloga e orientadora social.

Por fim, ambos trouxeram o acolhimento familiar como a modalidade que melhor acolhe as necessidades e direitos da criança, com ênfase no cuidado individualizado — que apareceu seis vezes em seus relatos:

“A criança com atraso de desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem, não vai ter na instituição alguém ajudando-a individualmente a lidar com essas dificuldades. Já dentro de uma casa ela pode receber esse apoio da família. Tem esse olhar individualizado, você percebe o que a criança gosta, o que não gosta, os estímulos que ela vai ter [...] No emocional da criança o acolhimento institucional tem um grande impacto, quando ela vê, por exemplo, as outras crianças indo embora, as

camas se esvaziando enquanto ela continua ali... isso gera angústia.” (P1)

Descobrimos os sentidos e significados na experiência do acolhimento familiar: percepção das famílias acolhedoras

As falas das famílias acolhedoras trouxeram, em primeiro lugar, a maneira pela qual conheceram o serviço. No caso de F1, houve interesse inicial na adoção. Porém, devido a sentimentos de medo e despreparo, foram apresentados ao serviço de apadrinhamento afetivo e famílias acolhedoras, optando inicialmente pelo apadrinhamento no ano de 2017. Os participantes apadrinharam um adolescente e, em seguida, seu irmão, porém trouxeram em suas falas sobre falta de capacitações para tal, falta de estrutura institucional para o apadrinhamento e falta de informações sobre o processo. Já as famílias F2 e F3 conheceram o programa, respectivamente, através de divulgações no facebook e na igreja.

Em relação às motivações para se tornar família acolhedora, o desejo de realizar trabalho voluntário e falas como “*vontade de fazer o bem*” foram encontradas em F2 e F3. Já F1, trouxe a experiência particular do apadrinhamento afetivo como motivação para tal. Os participantes relataram a percepção de que evoluir para o serviço de famílias acolhedoras seria a melhor opção para os afilhados, com os quais nesse momento já possuíam vínculo afetivo. Dúvidas e receio inicial pelo serviço de famílias acolhedoras apareceram nos relatos de F1 e F3, devido ao desconhecimento da política:

“Quando ouvimos sobre o programa, nós pensamos: mas como devolve a criança depois? Já pegou afeto... como funcionaria isso? E aí eu fui pesquisar sobre, assistir vídeos no youtube, o que foi bom mas ao mesmo tempo ruim, porque os programas que eu assisti eram muito estruturados.” (F1)

Quanto à capacitação para o acolhimento familiar, F1 relatou ausência dela, enquanto as famílias F2 e F3 trouxeram características da capacitação que receberam, havendo inclusive a participação dos filhos biológicos:

“O serviço nos disponibilizou vários tipos de profissionais para nos trazerem informações: assistente social, psicóloga, enfermeira... e eles são muito claros, trazem informações muito reais, convidam famílias acolhedoras para nos contar sobre a experiência, apresentam a legislação... e depois somos entrevistados individualmente.” (F3)

A participante de F2 relatou que, em decorrência das capacitações, mudou sua percepção sobre as crianças em situação de vulnerabilidade e suas famílias, o que foi uma necessidade trazida por F1:

“Às vezes, nós temos uma visão de “ah, coitadinhos” das crianças que estão no acolhimento, ou a culpabilização dos pais. Um dos vídeos passados na capacitação foi o ciclo de violência presente em toda essa situação. Nós desconstruímos bastante essa ideia que temos. Eu costumo falar isso para os meus filhos: “por que não está com a mãe?” “A mãe não consegue cuidar agora”. Não é que ela não queira, na maioria das vezes quer e quer muito, mas não consegue.” (F2)

“Tem outra questão cultural, que é a de que você está fazendo um favor. Isso não é um favor, é uma troca de duas vidas em experiências. E impacta o programa não colocar isso para as famílias, porque muitas entram achando que estão salvando os outros. Esse processo de você pensar que você não é melhor que a família de origem da criança é um processo que você tem que fazer sozinho sem a capacitação. Isso impacta na vivência da criança dentro do lar.” (F1)

Outra demanda apontada por F1 foi o contato com outras famílias acolhedoras. A percepção dos participantes é a de que trocar experiências com outras famílias impactaria a experiência positivamente, tanto para eles, quanto para as crianças. Outra questão de impacto no relato dos participantes era a existência de apoio e o acompanhamento contínuo do serviço. Eles foram citados, ao todo, dezoito vezes nas falas de F2 e F3 e nenhuma vez no discurso de F1.

Com isso, as famílias do município de Jundiaí relataram percepções positivas acerca do acolhimento familiar, como indicação do serviço para amigos e conhecidos e interesse em acolher novamente. O serviço de acolhimento familiar apareceu na fala de F1 como algo *“fantástico e funcional”*, porém diversos aspectos das dificuldades institucionais apareceram vinte e cinco vezes no relato da família. São eles: alta rotatividade de funcionários públicos, prejulgamento dos funcionários novos com as queixas da família, falta de estrutura, sentimento de insegurança, perda de confiança e desamparo institucional, relação estremeada com o serviço e a falta de capacitação para o acolhimento familiar. Por fim, também houveram falas sobre a frustração devido à falta de um serviço estruturado, bem como suas consequências. Nenhuma dificuldade em relação ao serviço ou instituição apareceram nas falas das famílias F2 e F3.

“O desamparo institucional influencia no acolhimento em si. Quando você não tem uma estrutura, uma formação, você não sabe como lidar com uma criança acolhida. Se você não tem um suporte anterior para lidar com as situações do dia a dia, não vai funcionar. É um problema estrutural que vai afetar aqui na ponta o sucesso ou insucesso do programa. Tivemos dificuldades muito grandes, com os dois, como problemas escolares de mal comportamento até agressão. Eu acredito que se tivesse começado de outra forma as coisas não teriam chegado a esse ponto.” (F1)

Outra dificuldade encontrada nos relatos foram as críticas sociais negativas referentes ao acolhimento, apesar de posterior apoio da família extensa e conhecidos:

“Tem esse lado de não entenderem algumas questões. “Para que fazer isso? Prejudica a criança!”; “A cabeça da criança fica toda confusa”. Tem hora que tem esses julgamentos, por não conhecerem a proposta como nós.” (F3)

“Tem muito preconceito também, falas do tipo “Você pegou para criar?”; “A mãe não quis?”; “Por que não operam essas mulheres?” (F2)

Além do preconceito externo — apontado por todas as famílias, outras dificuldades na experiência do acolhimento se sobressaíram nos relatos. Nas falas de F1

foi possível observar: dificuldades em “*não romantizar a experiência*”, choque de realidade na convivência com o acolhido, desarranjo emocional causado por notícias da família de origem, processo de construção do que é família, desgaste emocional e dificuldades iniciais na criação de laços afetivos. A inexperiência com a parentalidade apareceu nas falas de F1 e F3, bem como dificuldades iniciais de adaptação. Já F2 relatou que as dificuldades do acolhimento já eram esperadas pela família, não evidenciando nenhuma além das críticas sociais negativas.

Em relação ao acolhimento em si, a ambiguidade de emoções presentes na experiência foi citada por todas as famílias:

“É um dilema: você quer o apego com a criança, porque o vínculo faz parte do desenvolvimento e você tem que passar segurança para ela, mas tem que ter um limite, porque a gente sabe que vai embora.” (F2)

Como aspectos particulares de F1, os participantes abordaram — apesar da dificuldade inicial — a atual existência de laços afetivos, o sentimento de “*pacote familiar completo: as chatices, as coisas legais, o aprendizado, os sentimentos de frustração, de conexão... vem tudo!*” e a relação positiva com o acolhido: “*Eu adoro! Eu e ele nos demos bem desde o início, ele é muito parecido comigo. Não vejo minha vida sem ele.*” (F1)

Já as famílias F2 e F3 abordaram em seus relatos as experiências de acolhimento tanto com bebês quanto com crianças maiores, bem como a diferença entre elas:

“Bebês são mais fáceis. As crianças maiores demandam muita atenção. Uma insegurança muito grande, que você não vê em outras crianças. Ela demonstrava necessidade de ser aceita por todo mundo, até desconhecido. Depois que ela começou a ficar um pouco mais segura em casa, ela começou a ficar com ciúmes, principalmente da minha filha. Ela sentava no meu colo e só saía quando não tinha nenhuma criança perto, para não perder o lugar.” (F2 - sobre o terceiro acolhimento)

“Ele chegou e só dormia segurando a minha mão. No começo ele acordava no meio da noite aos berros e saía correndo pela casa. Era até assustador [...] Quando ele percebeu que eu não iria deixar ele ali, ele já dormia na cama sem eu estar [...] A

criança já vem com um histórico de violência e abandono, a confiança que ele tem em nós é frágil. Agora que ele tem uma referência de mãe, de família... algo que era para ser construído desde o nascimento está sendo construído só agora.”
(F2 - sobre o quinto acolhimento)

Em suas falas, F3 abordou experiências parecidas, como rotinas diárias de cuidado com a criança e a construção do amor e afeto. Os participantes também trouxeram a sensação de desafio com as situações particulares de cada acolhimento, como choro incessante dos bebês e principalmente os comportamentos da criança maior:

“Ele dormia e acordava assustado gritando, saía sem rumo [...] A gente percebeu que o ‘não’ era muito apavorante, e aí tivemos que adaptar com outras palavras. Eu tinha que dar limites, mas eu tive que aprender a como dar, porque era totalmente diferente de como educar qualquer outra criança... tudo para ele era assustador [...] Foram vinte dias de adaptação muito difíceis, mas tivemos o apoio do serviço diariamente. No dia seguinte eu relatava e a gente tentava entender o comportamento e estudar a situação.”

Outro ponto em comum nas falas de F2 e F3 foram as emoções presentes no desacolhimento. Os relatos trouxeram a definição do desacolhimento como luto, ambiguidade de emoções, preparo anterior de toda a família para a separação e estratégias para lidar com a saudade:

“O desacolhimento é triste. Você fica triste por separar, mas feliz porque agora vai ser algo definitivo para a criança. Às vezes sou mais dura, quando meus filhos estão ali abraçando a criança eu falo “vocês lembram que vai embora, né?” É para se apegar mesmo, mas sabendo que vai embora. Eu me apego, sofro, o último desacolhimento fui parar no hospital. Mas é uma sensação de dever cumprido [...] Eu tenho um espaço na parede com fotos de todos os acolhidos, que eu fiz principalmente pelos meus filhos. Sempre que vem alguém em casa eles mostram as fotos na parede e falam “é o nosso acolhido.” (F2)

Não houveram relatos sobre o desacolhimento nas falas de F1, pois a família ainda estava convivendo com o adolescente. Entretanto, trouxeram muitos pontos sobre os aprendizados advindos da experiência. Foram citados principalmente o crescimento pessoal e sobre as possibilidades de se existir enquanto família. Por fim, todas as famílias citaram sobre o cuidado individualizado proporcionado pelo acolhimento familiar:

“Pagamos psicólogo para os dois [...] Ele era muito desacreditado, o deixavam muito para baixo. Ele tinha muitas dificuldades com matemática, e aí eu coloquei ele com um professor particular e ele passou na OBMEP, ficou se achando. E agora ele estuda no instituto federal.” (F1)

“Coloquei ela junto no balé com a minha filha. Ela ia feliz da vida e ficava com os olhos brilhando. São pequenos cuidados que fazem toda a diferença [...] O primeiro bebê que eu acolhi tinha atrasos motores, e eu penso: nunca que se ele estivesse em um abrigo, cada dia com um cuidador, alguém ia perceber. E aqui comigo, o tempo todo, a observação é muito maior.” (F2)

“Ele tinha atrasos motores e então fizemos acompanhamento com fisioterapeuta [...] Fomos atrás de uma psicóloga particular para ele e foi ela que conseguiu identificar questões que ele tinha com o estudo. Ele tinha medo de que se errasse iria apanhar da professora, por isso ele não conseguia escrever. Com seis meses de acompanhamento ele começou a escrever.” (F3)

DISCUSSÃO

O presente estudo propôs avaliar a experiência de famílias acolhedoras e a percepção dos profissionais de psicologia que fazem parte da equipe técnica do serviço. Através das entrevistas, foi possível coletar dados e informações que, além de viabilizar o objetivo do estudo, colaborou para uma comparação entre experiências de municípios distintos. A primeira observação que pode ser feita refere-se a experiência prévia que os dois profissionais possuíam com políticas públicas, divergindo em sua periodicidade, mas extremamente relevante para o trabalho realizado atualmente. Porém, com relação à estrutura do serviço, houveram diferenças significativas entre os relatos.

A família acolhedora do município de São Carlos indicou a existência de falhas estruturais e processuais do serviço, enquanto as famílias do município de Jundiaí relataram apoio e acompanhamento contínuo da equipe técnica do serviço, o que claramente refletiu nas diferentes experiências de acolhimento vivenciadas por elas. É possível levantar diversos fatores que corroboram para a insuficiência do apoio oferecido pelo serviço presente nos relatos de F1. Um deles pode ser atribuído ao tempo de existência do serviço. P2 destacou o tempo de existência do serviço como um dos pontos fortes. Destaca-se que o serviço Famílias Acolhedoras de Jundiaí foi um dos pioneiros no Brasil, tendo iniciado no mesmo ano em que o acolhimento familiar foi incluído na nova Lei de Adoção (nº 12.010; Brasil 2009). Já o serviço de São Carlos passou a existir quatro anos depois.

Além disso, no serviço de acolhimento familiar de Jundiaí, pode-se observar a existência de uma equipe técnica, capaz de se constituir base de apoio para as famílias. Por outro lado, P1 relata como dificuldade a ausência de uma equipe — composta apenas por ele, e a consequente sobrecarga profissional vivenciada em seu ambiente de trabalho. Em primeiro lugar, faz-se necessário, minimamente, a existência de uma

equipe para ser suporte técnico e emocional às famílias acolhedoras e para que se faça um bom trabalho no município. De acordo com Sayão (2017), as equipes técnicas de Serviços de Alta Complexidade possuem excessivas demandas e tarefas cotidianas, além de serem complexas e exigentes (Barros & Dimenstein, 2010), o que pode levar à sobrecarga do trabalho e a alta rotatividade dos funcionários, aspecto apontado por F1.

Outras dificuldades institucionais foram abordadas por F1 ao longo de seu relato, como a alta rotatividade de funcionários públicos e falta de capacitação para o acolhimento familiar. Segundo F1, apenas no período em que permaneceram no apadrinhamento afetivo, houveram quatro mudanças de direção da casa de acolhimento. Uma das principais causas da alta taxa de rotatividade dos funcionários se dá pela natureza do trabalho que é altamente exigente e com poucas promoções e oportunidades na área. Com isso, as instituições apresentam dificuldades e falhas na retenção de profissionais qualificados, o que afeta o modo pelo qual o serviço é ofertado à população (Cohen, 1985; Siqueira & Dell’Aglia, 2006; Valin & Rocha, 2021) e no acompanhamento contínuo da família. Segundo o participante, isso se constitui como “*questão macrossocial*”, fora de seu controle, mas que afetou a sua experiência e trouxe sensação de desamparo e insegurança.

Em relação à falta de capacitação para o acolhimento familiar, houveram diferenças entre o relato da família acolhedora e do profissional, que por sua vez abordou a estrutura da capacitação realizada com as famílias atualmente. É importante levar em consideração que o profissional entrevistado entrou para o serviço de acolhimento familiar no final de 2019, enquanto a família, desde 2017 já estava acolhendo. Por isso, apenas com os dois relatos, não há como saber a partir de qual data as capacitações começaram a fazer parte do serviço ou o quanto a mesma era suficiente. Entretanto, todo serviço de acolhimento familiar deve propor como parte de seu

trabalho um processo de capacitação cauteloso e bem desenvolvido, além de posterior acompanhamento das famílias, com vista a instruí-los e a compreender os comportamentos das crianças e adolescentes acolhidos que sofreram violência e abandono (Brasil, 2009; Valente, 2013; Luz, Tronco & Gelain, 2016).

Por outro lado, as famílias F2 e F3 foram impactados positivamente pela estrutura das capacitações e do serviço e pelo apoio contínuo recebido durante todo o acolhimento, o que gerou percepções positivas acerca do serviço e o desejo de acolher novamente. Nesse sentido, fica evidente que a equipe tem a responsabilidade de nortear a família acolhedora e prestar auxílio no cotidiano, além de que a secundarização do vínculo, da escuta e da gestão do cuidado dificulta o acolhimento das demandas da família (Barros & Dimenstein, 2010). Ainda sobre a importância do apoio institucional, essas percepções se assemelham às do estudo de Green e Ellis (2007), que abordam a influência dos processos e aspectos estruturais na satisfação dos usuários de qualquer serviço, evidenciando que há obstáculos para ações que sejam eficientes e efetivas (Acioli et al., 2018). Diante dos resultados, é clara a importância do apoio prestado pela instituição na experiência das famílias acolhedoras.

Outras questões que demandam muito cuidado em seu manejo são a seleção das famílias acolhedoras e a avaliação dos requisitos indispensáveis para tal, abordados pelos profissionais entrevistados como papel do psicólogo. Os achados da literatura referentes aos requisitos mínimos para se tornar família acolhedora condizem com os apontados pelos profissionais, além de serem colocados como fatores de sucesso ou insucesso para o acolhimento familiar funcional (Stocco et al., 2020). De acordo com Valente (2013), a estrutura disfuncional da família acolhedora e o não preenchimento de requisitos mínimos para acolher crianças e adolescentes que sofreram violência é

igualmente prejudicial para seu desenvolvimento, sendo necessário olhar atento para as questões pontuadas pelos profissionais, além da motivação para o acolhimento familiar.

Nos relatos das famílias, motivações altruístas para o acolhimento foram encontradas nas falas de F2 e F3, enquanto F1 partiu do vínculo já construído com o afilhado e da percepção de que o serviço de acolhimento familiar proporcionaria melhores condições de desenvolvimento para o adolescente, bem como cuidados constante e estáveis. Apesar de diferentes motivações, ambas possuíam requisitos mínimos para o acolhimento. De acordo com os profissionais entrevistados e com a literatura, é fundamental que as famílias sejam selecionadas a partir de um “*tripé básico*”: (1) motivação; (2) compreensão da provisoriedade do acolhimento e a consciência da história da criança com a família de origem; e (3) disponibilidade de tempo e afetiva para proporcionar cuidado personalizado à criança acolhida (Brasil, 2009; Valente, 2013). Além disso, todas as famílias demonstraram possuir compreensão referente à centralidade da criança no acolhimento familiar e ao melhor interesse desta como eixo norteador de suas condutas.

Ainda sobre a disponibilidade das famílias acolhedoras, Cabral (2004) afirma que a dedicação emocional e afetiva entre a criança e a família é responsável pela construção de vínculos afetivos no contexto do acolhimento familiar, o que é pontuado por P2. Relacionado a essa questão e à complexidade do serviço, P2 abordou sua percepção sobre duas dificuldades do serviço atualmente: poucas famílias habilitadas para o acolhimento e a mudança de cultura, lenta e gradual, para maior adesão e conhecimento do acolhimento familiar no Brasil. A fala da participante vai de encontro com a literatura, que afirma a carência de famílias habilitadas como principal dificuldade dessa nova modalidade de acolhimento (Delgado, 2010), e aos dados do

Censo SUAS de 2019, responsável por constatar que o acolhimento familiar no Brasil corresponde a apenas 4% dos serviços de acolhimento.

Outros autores abordam sobre a adesão do acolhimento familiar no Brasil. Baptista, Zamora e Bittencourt (2017) pontuam que, em nosso país, pouco se expõe sobre a relação entre os cuidados na primeira infância e a modalidade de acolhimento familiar como alternativa ao acolhimento institucional. Nesse sentido, no Brasil, há o contraste com a Lei de Adoção (nº 12.010) que prioriza o acolhimento familiar para o cuidado com crianças e adolescentes afastados de sua família por decisão judicial, mas que tem a institucionalização como primeira medida a ser tomada (Moreira, 2014). Outra questão aparente nos relatos que pode ser relacionada com a cultura é a estigmatização da criança em acolhimento e sua família. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), o percurso histórico da institucionalização de crianças e adolescentes traz desafios no presente, como, por exemplo, a forma negativa pela qual esse público e suas famílias são percebidas socialmente.

As famílias de origem frequentemente são alvos de críticas e imagens negativas devido às suas condições de vulnerabilidade, como pode ser visto nos relatos das famílias acolhedoras em relação às críticas sociais negativas. Além disso, é evidente a intensa condenação das mulheres quando estas não conseguem cuidar de seus filhos em algum momento da vida (Sayão, 2017), exemplificado pela fala relatada por F2: *“A mãe não quis? Porque não operam essas mulheres?”*. Outro ponto levantado por F2 foi a reflexão sobre a não culpabilização da família de origem, e a existência de um ciclo violento, indicando a necessidade de um processo de reflexão quanto a esta questão cultural. Em seguida, F1 também aborda essa necessidade de conscientização, ao refletir sobre *“não ser melhor que a família de origem da criança”*. De acordo com a literatura, corrobora-se a percepção de que, somente há melhores condições para as crianças

quando estas estão longe de suas famílias consideradas “desestruturadas”, ao mesmo tempo em que há carência de políticas públicas voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social (Rizzini et al., 2007)

Lauz e Borges (2013) apontam em seu estudo que há diferenças entre as percepções sociais referentes às famílias, que tendem a ser percebidas através do viés de culpabilização e desestrutura, enquanto as crianças as veem como importantes e destacam suas lembranças positivas. Esse achado vai de encontro com o relato de P1 ao abordar que a história afetiva da criança com a família de origem se mantém, mesmo estando aos cuidados da família acolhedora, evidenciando a importância de investir na recuperação e no cuidado da família de origem enquanto possível, buscando pela reaproximação e reintegração da criança à sua família. De acordo com Moreira (2014), a potencialização dos recursos materiais e simbólicos das famílias de origem é um processo longo, mas construído a partir de elementos da realidade. Com isso, a família pode encontrar novas formas de se estruturar e se reconstituir como cidadãos de direito, responsabilizando-se pela participação no desenvolvimento dos filhos (Petrini, 2003; Gomes & Pereira, 2005), porém é necessário que as políticas públicas as reconheçam.

Dando maior enfoque aos aspectos subjetivos da criança acolhida, Luz, Tronco e Gelain (2016) indicaram os efeitos adversos no desenvolvimento da criança quando há rompimento na interação com a figura de cuidado e de apoio afetivo. É possível observar crenças de desamparo, desamor e desvalia, assim como a dificuldade em estabelecer vínculos com pessoas que desempenham o papel de cuidador. Em seu relato, F2 abordou sobre a percepção da fragilidade do vínculo com os acolhidos e os sentimentos de insegurança e desconfiança que eles demonstravam cotidianamente, ocorrendo principalmente no período de adaptação. Nesse sentido, diversos estudos apontam que a violência pode conduzir à construção do apego inseguro da criança para

com novas figuras de referência e cuidado (Glaser, 2002; Pasian 2012; Pasian et al., 2015).

Um dos pontos em comum nos relatos das famílias foram os comportamentos dos acolhidos que ocorriam durante a noite, como choros e gritos ao acordar na madrugada. Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999) abordam prejuízos no sono como uma das consequências psicoemocionais da violência. Há estudos que mostram, inclusive, evidências de danos no cérebro advindos de experiências de negligência, como mudanças bioquímicas e redução do volume e mudanças na estrutura cerebral (Glaser, 2000). Os relatos também proporcionaram percepções sobre o impacto do acolhimento institucional no desenvolvimento da criança. Assim como abordou P1, Sayão (2017) trouxe em seu estudo sobre o laço afetivo construído entre as crianças da instituição, e o intenso sofrimento sentido por elas ao vivenciarem as saídas temporárias e definitivas de seus amigos da casa de acolhimento.

Outro ponto de atenção é o cuidado em massa proporcionado pela instituição, que retira o foco da individualidade da criança. Com isso, ela pode se sentir confusa em relação às suas referências familiares e à sua história de vida, tendo dificuldades para contá-la em narrativas contínuas, expondo-a de maneira entrecortada (Altoé, 2008b). No relato de P2, há utilização de um recurso lúdico para auxiliar a criança a entender sua história de vida e as etapas do seu acolhimento, um álbum denominado pelo serviço “Fazendo a minha história”. Essa forma de cuidado e intervenção centralizados na criança — objetivo de todo o acolhimento familiar — oferece possibilidades para que ela reconheça seus direitos e seu protagonismo em sua história (Epifânio & Gonçalves, 2017). De acordo com os relatos, todos os processos do acolhimento são comunicados à criança de maneira clara e adaptada à sua linguagem, o que também auxilia na construção do sentimento de segurança da criança (Luz, Tronco e Gelain (2016).

É possível observar que compete ao psicólogo da equipe técnica a atuação perante as dificuldades de adaptação das crianças. Portanto, ele é responsável por acompanhar o desenvolvimento do vínculo entre a criança e a família e auxiliá-los, cotidianamente, no enfrentamento das dificuldades (Luz, Tronco e Gelain, 2016). Esse cuidado é demonstrado em diversos relatos de P1 e P2 que, diante das questões expostas pelas famílias, trabalharam visando compreender os comportamentos das crianças em acolhimento.

Bowlby (1988) afirma que o cuidado, a responsabilidade e a sensibilidade das figuras de cuidado têm como consequência o vínculo afetivo ao longo do tempo, e que o apego é construído por meio da interação adulto-criança. Nesse sentido, todas as famílias acolhedoras demonstraram em seus relatos o afeto para com os acolhidos, com destaque para a construção do vínculo relatado por F1, que inicialmente tiveram dificuldades de “*conexão emocional*” mas que, com a superação do momento de adaptação e das dificuldades, hoje definem a relação com o acolhido de maneira extremamente afetuosa.

Uma dificuldade relacionada ao afeto que foi citada pelos participantes refere-se ao desacolhimento. A participante F2 trouxe como característica a ambiguidade de emoções presentes nesse momento: tristeza por separar, mas felicidade pela resolução definitiva para a criança. Delgado (2010) aborda que a dualidade de emoções também é uma realidade para a criança, pois apesar de estar acolhida tem como “*pano de fundo*” um futuro desconhecido e incerto, evidenciando mais uma vez a importância da comunicação clara com a criança sobre sua própria história de vida.

Por fim, todos os participantes trouxeram informações e exemplos do cuidado individualizado proporcionado pelo acolhimento familiar. As experiências relatadas mostram que, além do acolhimento em si, as crianças geralmente necessitam de outros

serviços extremamente relevantes para o seu desenvolvimento, como por exemplo o atendimento psicológico que pode ser oferecido pela família acolhedora (Delgado, 2010). Além disso, F2 contou sobre a experiência de matricular a criança acolhida no balé, relatando sobre o desejo de proporcionar pleno significado para a experiência da criança enquanto durasse o acolhimento. Desse modo, o acolhimento familiar se apresenta como alternativa saudável ao acolhimento institucional e, em detrimento dos vínculos que foram interrompidos, traz possibilidades para que a criança construa novas relações e reorganize sua realidade com o auxílio de novas figuras de referência e afeto (Kuabara, Klipan & Abrão, 2016).

É importante ressaltar algumas limitações encontradas no momento de realização da pesquisa. Uma das dificuldades iniciais foi o recrutamento de participantes, que configurou-se como um desafio para o andamento da pesquisa. Apesar desse fator, e de a amostra final de participantes ser pequena, considera-se que os resultados aqui encontrados podem colaborar com futuras pesquisas que levem esse fator limitante em consideração, abrindo caminho para investigações com um número maior de profissionais e de famílias acolhedoras como participantes. Ademais, seria interessante dar voz às crianças que passaram por esse tipo de acolhimento, de modo a compreender seus significados e sentimentos. É possível dizer que o tema tratado neste trabalho se faz essencial para a visualização da experiência do acolhimento familiar vivenciado pelas famílias e pela equipe técnica do serviço.

REFERÊNCIAS

Acioli, R., Moura, L. et al. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, v. 23, n. 2.

Altoé, S. (2008b). O bebê que “invade”: reflexões sobre o atendimento institucional a crianças em situação de vulnerabilidade social em Leite, Delgado Leite e Botelho (Org.). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contracapa.

Álvares, A. de M. & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, 21(1), 151-164.

Assis, S. G., Pinto, L. W., Avanci, J. Q. (2014). Nationwide Study on children and Adolescents in foster care in Brazil. *Paediatrics Today* 10(2):135-146.

Baptista, R.; Zamora, M. H.; Bittencourt, M. I. (2017). Deixando de ser o Menino do Lixão: cuidados em família acolhedora. *Trivium [online]*. v. 9 n. 1. pp. 62-73.

Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009. Obra original publicada em 1977.

Barros, A. S. de, & Freitas, M. de F. Q. (2015). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. *Pensando famílias*, 19(2), 102-114.

Barros, S. D. C. M., & Dimenstein, M. (2010). O apoio institucional como dispositivo de reordenamento dos processos de trabalho na atenção básica. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 10(1), 48-67.

Bazon, M. (2008). Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 24(2):323-332.

Bazon, M. R., Mello, I. L. M. A., Bérnago, L. P. D., & Faleiros, J. M. (2010). Negligência infantil: Estudo comparativo do nível sócio-econômico, estresse parental e apoio social. *Temas em Psicologia*, 18, 71-84

Bento, R. (2010). *A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Católica de São Paulo].

Bowlby, J. (1988). *A Secure Base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York : Basic Books.

Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2009). Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. (2a ed.). Brasília, DF: CNAS.

Brasil. Ministério da Cidadania. Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS. (2019). Brasília, 2019b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>

Bussinger, R. V., & Lima, N. E. (2014). Análise das motivações de famílias candidatas ao Programa Família Acolhedora de Vitória. *Argumentum*, 6(2), 218-232.

Calcing, J. & Benetti, S. (2014). Caracterização da Saúde Mental em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional, *Psico*, 45, (4), pp.559-567

Cardoso, V. S. (2018). Família Acolhedora: Serviço de proteção e cuidado às crianças e adolescentes com direitos violados: a experiência de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado não publicada em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, UFMG.

Cerutti, N. (2016). O serviço de acolhimento familiar no município de Cascavel–PR: o caso do programa Família Acolhedora. *Vara da Infância e Juventude de Cascavel*. Direito das crianças.

Cohen NA. Quality of care for youths in group homes. *Child welfare* 1985; 65(5):481-494.

Conselho Nacional de Justiça, Brasil. Recuperado de <http://www.direitolegal.org/noticias-gerais/brasil-tem-mais-de-30-mil-criancas-e-adolescentes-vivendo-em-abrigos/>.

Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLU ME_1_WEB_.PDF

Constituição Federal. (1988). São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

Delgado, P. (2010). A experiência da Vinculação e o Acolhimento Familiar: reflexões, mitos e desafios. *Temas em psicologia*, 18, 457-467.

Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*; 22(2):336-344.

Dubowitz, H., Black, M., Starr, R. H. J., & Zuravin, S. (1993). A conceptual definition of child neglect. *Criminal Justice and Behavior*, 20 (1), 8-26.

Enout, R. (2004). A base legal dos projetos de Acolhimento Familiar. In C. Cabral (Org.), *Acolhimento Familiar: Experiências e perspectivas* (pp. 10-17). Rio de Janeiro: UNICEF/Terra dos Homens/ Booklink.

Garbin, C. A. S., Queiroz, A. P. D. G., Roviada, T. A. S., Saliba, O. (2012). A violência familiar sofrida na infância: uma investigação na adolescência. *Psicologia em Revista*, v. 18, n. 1, p. 107-118.

Glaser, D. (2000). Child abuse and neglect and the brain - A review - *J. Child Psychol. Psychiatry*, 41(1), 97- 116.

Glaser, D. (2002). Emotional abuse and neglect (psychological maltreatment): A conceptual framework. *Child Abuse & Neglect*, 26, 697-714.

Gomes, M. A., & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363.

Gomide, P.I.C. (2003). Estilos Parentais e Comportamento Anti-social. In A. Del Prette e Z. Del Prette (orgs). *Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: Questões Conceituais, Avaliação e Intervenção*. Campinas: Alínea. No prelo.

Gomide, P. I. C., Guimarães, A. M. de A., & Meyer, P. (2003). Análise de um caso de extinção do poder familiar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 42-47.

Green, R. S.; Ellis, P. T. (2007). California group home foster care performance: Linking structure and process to outcome. *Evaluation and Program Planning*; 30(3): 307-317.

Hahm, H. C., Lee, Y., Ozonoff, A., & Van Wert, M. J. (2010). The impact of multiple types of child maltreatment on subsequent risk behaviors among women during the transition from adolescence to young adulthood. *Journal of Youth Adolescence*, 39, 528-540.

Johnson, R., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2006). Young children in institutional care at risk of harm. *Trauma, Violence, & Abuse*, 7, 34-60. doi: 10.1177/1524838005283696

Kuabara, C. Y. S., Klipan, M. L., & Abrão, J. L. F. (2016). Família acolhedora: o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. *Estilos Da Clínica*, 21(2), 346-365.

Lauz, G.; Borges, J. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 852-867.

Lawrence, C., Carlson, E., & Egeland, B. (2006). The impact of foster care on development. *Development and Psychopathology*, 18, 57–76.

Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. (2009). Dispõe sobre adoção e dá outras providências.

Luz, A. F. da; Tronco, C. T.; Gelain, D. (2016) - Quem ama acolhe! Mas quem ama devolve? *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. ISSN 1647-4120. 7:1-2 (Janeiro-Dezembro 2016) 417-431.

Martins, L. B., Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Acolhimento familiar: caracterização de um programa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 20 (47), 359-370.

McLewin, L. A., & Muller, R. T. (2006). Attachment and social support in the prediction of psychopathology among young adults with and without a history of physical maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 30, 171-191.

Minayo, M. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Rev. bras. saúde matern. infant.*, 1(2):91-102.

Miranda, M., Molla, E., & Tadros, E. (2019). Implications of Foster Care on Attachment: A Literature Review. *The Family Journal*, 27(4), 394-403.

Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 28-37.

O'Donnell, M., Scott, D., & Stanley, F. (2008). Child abuse and neglect-is it time for a public health approach? *Australian New Zealand Journal of Public Health*, 32(4), 325-330.

Oliveira-Monteiro, N. R., Nascimento, J. O. G., Montesano, F. T., & Aznar-Farias, M. (2013). Competência, problemas internalizantes e problemas externalizantes em quatro grupos de adolescentes. *Psico-USF*, 18(3), 427-436.

Pacheco, E. T.; Villaça, G. M. (2017). Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional. *Brazilian Journal of Occupational Therapy/Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 25(2).

Pasian, M. S. (2012) Maus-tratos infantis: O impacto da negligência no desenvolvimento psicossocial e acadêmico de crianças em fase inicial de escolarização (Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil).

Pasian, M. S. (2012). Maus-tratos infantis: Conscientização, consequências e medidas de prevenção. *Psicopedagogia Online*.

Pasian, M., Faleiros, J., Bazon, M., & Lacharité, C. (2013). Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. *Pensando famílias*, 17(2), 61-70.

Pasian, M. S., Bazon, M. R., Pasian, S. R. e Lacharité, C. (2015). Negligência infantil a partir do Índice de Negligência Infantil aplicada no Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28 (1), 106-115.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. (2006). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf>

Reichenheim, M. E., Hasselmann, M. H. & Moraes, C. L. (1999). Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Cienc Saúde Coletiva*;1:109-21

Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(3), 405-416.

Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Loyola.

Rizzini, I., Rizzini, I., Naiff, L., & Batista, R. (Orgs.). (2007). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez.

Rocha, G. V. M. & Carvalho, E. G. (2014). Estratégias para avaliação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional: Reflexões a partir de um levantamento com vítimas de maus-tratos e abandono. In L. C. A. Williams & L. F. Habigzang (Eds.), *Crianças e adolescentes vítimas de violência: Prevenção, avaliação e intervenção* (143–159). Curitiba, PR: Juruá Editora.

Sayão, Y. (2017). Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: Supervisão institucional e estágio de psicologia como formas de intervenção. In Paula Fontana Fonseca, Ana Beatriz C. Lerner, & Adriana Marcondes Machado (Eds.), *Concepções e proposições em psicologia e educação: A trajetória do serviço de psicologia escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo* (pp. 191-208). São Paulo: Blucher.

Siqueira, A. C.; Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*; 18(1):71-80.

Theodore, A., Runyan, D., & Chang, J. J. (2007). Measuring the risk of physical neglect in a population-based sample. *Child Maltreatment*, 12(1), 96-105.

United Kingdom Parliament, *Children in Care in England: Statistics*. (2011).

U.S. Department of Health and Human Services, Administration for Children and Families. (2012).

Valente J. (2012). Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. *Serv. soc. Soc* 2012;(111):576-598.

Valente, J. (2013). Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus.

Valin, T., & da Rocha, G. (2021). Intervenções com crianças e adolescentes em acolhimento institucional: uma revisão sistemática. *Psicologia Argumento*, 39(103), 75-97

World Health Organization, & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. (2006). Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence. Retrieved December 10, 2011, from <http://www.ispcan.org/publications.html>

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO COM FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Caroline Valério Ghili e Sabrina Mazo D’Affonseca

Caracterização da família:

1. Nome:
2. Composição familiar:
3. Idade dos componentes:
4. Cidade que residem:
5. Sexo/gênero:
6. Escolaridade:
7. Renda familiar:
8. Quem contribui para a renda?

Sobre o serviço famílias acolhedoras:

1. Como vocês conheceram o serviço?
2. Há alguma experiência de acolhimento anterior ao último? Quantos?
3. Há alguma experiência de adoção na família ou próximo da família?
4. Quem se interessou primeiro em se candidatar?
5. Quem tomou a iniciativa em procurar o serviço?
6. Caso tenha parceiro(a), como foi a reação do parceiro(a)?
7. Se tiver filhos, como foi a reação dos filhos?
8. Qual foi a reação da família extensa ao saber da decisão de se tornar família acolhedora?
9. Houve algum tipo de apoio durante o acolhimento? Se sim, qual(is)?
10. Quais as motivações para se tornar família acolhedora?
11. Pensando no último acolhimento, qual a idade e gênero do acolhido?
12. Quanto tempo durou o último acolhimento?
13. Ele voltou para a família de origem ou foi adotado por uma nova família?
14. Vocês mantêm contato com o acolhido? Através de compartilhamento de fotos, mensagens...?
15. Como foi a experiência (emoções -> ansiedade, irritabilidade, alegria, tristeza; etc) no processo de acolhimento? Desde a capacitação até o encerramento.
16. Se tivesse que destacar dificuldades, quais seriam?
17. Qual vocês consideram a maior delas?
18. Quais os aprendizados com a experiência?
19. Vocês sentiram alguma diferença na vivência de vocês antes e após o acolhimento?

20. Como vocês lidavam com essas dificuldades?
21. Há interesse em acolher de novo?
22. Quais foram os ensinamentos advindos dessa experiência?
23. Se tivessem que deixar um recado para famílias interessadas no acolhimento, o que vocês diriam?

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO PARA PSICÓLOGOS DA EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Caroline Valério Ghili e Sabrina Mazo D’Affonseca

- 1) Dados de caracterização (idade, gênero, formação)
- 2) Há quanto tempo trabalha na equipe técnica do serviço?
- 3) Como você compreende o serviço Famílias Acolhedoras?
- 4) Como é feita a seleção das famílias?
- 5) Qual o papel do psicólogo no momento da capacitação às famílias? Quais os temas abordados?
- 6) O que você considera requisito indispensável das famílias para o acolhimento?
- 7) Qual o papel do psicólogo da equipe durante o acolhimento? E após?
- 8) Quando a criança é mais velha, como é realizada a conversa sobre a ida à família acolhedora? É conversado sobre a possibilidade do retorno?
- 9) Como é o relacionamento com as famílias? Há contato frequente; visitas?
- 10) Quais as maiores dificuldades das famílias durante o acolhimento? Como o psicólogo pode ajudar?
- 11) Quais os aspectos no serviço que você considera diferenciais para a promoção do acolhimento saudável? Pontos fortes do serviço...
- 12) Quais as limitações do serviço?
- 13) Quais motivos você considera para que o serviço não seja tão utilizado quanto outras formas de proteção à criança?

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução 510/2016 do CNS)

Pesquisa: “Entendendo os sentidos e significados na experiência de famílias acolhedoras durante o acolhimento”

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa pertencente ao projeto intitulado “Entendendo os sentidos e significados na experiência de famílias acolhedoras durante o processo de acolhimento”, cujo objetivo é analisar, na perspectiva das famílias acolhedoras, quais as representações, motivações, dificuldades e impactos envolvidos e causados pelo acolhimento familiar.

A coleta de dados será totalmente online, através de entrevista semiestruturada pela pesquisadora por vídeo chamada na plataforma de preferência dos participantes (google meet, skype, zoom, etc). A entrevista será marcada de acordo com a disponibilidade da família e os tópicos abordados incluem: dados de caracterização (idade dos membros da família, composição familiar, nível de escolaridade dos cuidadores, ocupação profissional e renda familiar), informações sobre o processo de inscrição no programa e do acompanhamento recebido pela equipe técnica, dados do acolhido (idade, gênero, duração do acolhimento), identificação das motivações para o acolhimento, dificuldades no processo e a experiência como todo.

Cumprir destacar que ao aceitar participar da pesquisa você irá: 1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura deste termo (TCLE), o qual você poderá fazer o download a partir do link <https://drive.google.com/file/d/1FEIDoyzfr8ArMwqFvJxdWbjlsuQ3RAw8/view?usp=sharing> ou solicitado ao pesquisador via endereço de email (caroline.gilhi@gmail.com; samazo@ufscar.br) se assim o desejar; e 2. Realizar a entrevista com o pesquisador. Destaca-se a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico (TCLE).

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Como forma de sigilo, os nomes dos participantes não serão utilizados em qualquer fase da pesquisa, garantindo anonimato. Quando for necessário exemplificar determinada situação, a privacidade do participante será assegurada.

Será solicitada a permissão dos participantes para gravação das entrevistas, as quais serão posteriormente transcritas pela pesquisadora. É da responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Entretanto, a participação na pesquisa em ambiente virtual oferece alguns riscos em função das limitações das tecnologias utilizadas. Além disso, os pesquisadores também têm limitações em assegurar total confidencialidade dos dados, existindo potencial risco de violação.

A participação na pesquisa não é obrigatória. Caso você concorde em prosseguir como voluntário também será livre para interromper a participação a qualquer momento e, se assim o fizer, não haverá prejuízos de qualquer ordem em função desta decisão. Caso desista de participar da pesquisa durante a entrevista, os dados gravados serão excluídos e, caso o participante desista após a finalização da entrevista, deverá informar o pesquisador desta decisão e os dados coletados serão descartados sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

A participação na pesquisa não oferece risco imediato, porém considera-se a possibilidade de riscos subjetivos, pois a entrevista pode remeter a algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis, bem como um cansaço durante a pesquisa. Além disso, pode ocorrer ansiedade e estresse no momento da entrevista ou irritabilidade devido à dificuldades e limitações do ambiente virtual, como problemas tecnológicos e problemas de conexão à internet ao realizar a atividade proposta, além de fadiga visual. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, você será orientado e encaminhado para profissionais especialistas e serviços disponíveis, preparados para o acolhimento e breve intervenção, se necessário, visando o seu bem-estar.

Entretanto, a pesquisa terá como benefício direto a oportunidade de contribuir para a produção científica brasileira e para a compreensão do tema do acolhimento familiar, que ainda é pouco explorado no âmbito acadêmico nacional. Alguns outros benefícios trazidos pela pesquisa são: a) colaborar com a ciência, com a oportunidade de conhecer um ambiente de pesquisa; b) ajudar com informações que poderão ser utilizadas para melhorar o entendimento do programa “Famílias Acolhedoras”; c) relatar as experiências da família em um ambiente seguro, preservado e sigiloso.

Após sua participação, será garantido o recebimento de esclarecimentos atualizados sobre qualquer etapa deste trabalho. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos, porém sua

identificação será mantida em sigilo, não havendo chance de ser identificado o seu nome e imagem, assegurando o completo anonimato. Sempre que solicitado você poderá ter acesso ao registro do consentimento (Resolução No. 510/2016 da CONEP, Art. 17) e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento. A pesquisadora compromete-se a compartilhar os resultados da pesquisa após a finalização da coleta, da análise de dados e da redação dos resultados obtidos.

A participação nesta pesquisa não acarretará gasto financeiro e, portanto, não está previsto reembolso financeiro de qualquer natureza ao participante. Em caso de denúncias ou reclamações relativas às questões éticas, procure o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade: Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar - Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos.

Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351- 9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. É dever deste comitê cuidar dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, tendo como referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros.

Me coloco à disposição para maiores informações pelo e-mail caroline.gilhi@gmail.com. Em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre a pesquisa, você também poderá entrar em contato com a Profa. Dra.Sabrina Mazo D’Affonseca, responsável pela orientação deste projeto pelo e-mail samazo@ufscar.br, e através laboratório em que a orientadora é vinculada, pelo endereço: LAPREV (Laboratório de Prevenção à Violência), UFSCar, Rodovia Washington Luiz, Km 235, São Carlos-SP.

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa mas não concordo em participar.

ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução 510/2016 do CNS)

Pesquisa: “Entendendo os sentidos e significados na experiência de famílias acolhedoras durante o acolhimento”

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa pertencente ao projeto intitulado “Entendendo os sentidos e significados na experiência de famílias acolhedoras durante o processo de acolhimento”, cujo objetivo é analisar, na perspectiva de psicólogos que trabalham na equipe técnica do programa “Famílias Acolhedoras” quais as representações, trabalhos desenvolvidos e dificuldades encontradas na execução do programa, assim como buscar entender qual o papel da psicologia na promoção do acolhimento familiar e saudável.

A coleta de dados será realizada de forma online, através de entrevista semiestruturada pela pesquisadora por vídeo chamada na plataforma de preferência dos participantes (google meet, skype, zoom, etc). A entrevista será marcada de acordo com a disponibilidade do profissional e os tópicos abordados incluem: dados de caracterização (idade, gênero, formação), tempo de atuação na equipe, informações sobre os vínculos estabelecidos com as famílias, papel do psicólogo durante o processo do acolhimento e percepções sobre o programa, junto com seus pontos fortes e dificuldades.

Cumprido destacar que ao aceitar participar da pesquisa você irá: 1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura deste termo (TCLE), o qual você poderá fazer o download a partir do link <https://drive.google.com/file/d/1DItcz5qC70xvPYVbN75e4Q5ejAJ3j4mE/view?usp=s> haring ou solicitado ao pesquisador via endereço de email (caroline.gilhi@gmail.com; samazo@ufscar.br) se assim o desejar; e 2. Realizar a entrevista com o pesquisador. Destaca-se a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico (TCLE).

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Como forma de sigilo, os nomes dos participantes não serão utilizados em qualquer fase da pesquisa, garantindo anonimato. Quando for necessário exemplificar determinada situação, a privacidade do participante será assegurada.

Será solicitada a permissão dos participantes para gravação das entrevistas, as

quais serão posteriormente transcritas pela pesquisadora. É da responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Entretanto, a participação na pesquisa em ambiente virtual oferece alguns riscos em função das limitações das tecnologias utilizadas. Além disso, os pesquisadores também têm limitações em assegurar total confidencialidade dos dados, existindo potencial risco de violação.

A participação na pesquisa não é obrigatória. Caso você concorde em prosseguir como voluntário também será livre para interromper a participação a qualquer momento e, se assim o fizer, não haverá prejuízos de qualquer ordem em função desta decisão. Caso desista de participar da pesquisa durante a entrevista, os dados gravados serão excluídos e, caso o participante desista após a finalização da entrevista, deverá informar o pesquisador desta decisão e os dados coletados serão descartados sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

A participação na pesquisa não oferece risco imediato, porém considera-se a possibilidade de riscos subjetivos, pois a entrevista pode remeter a algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis, bem como um cansaço durante a pesquisa. Além disso, pode ocorrer ansiedade e estresse no momento da entrevista ou irritabilidade devido à dificuldades e limitações do ambiente virtual, como problemas tecnológicos e problemas de conexão à internet ao realizar a atividade proposta, além de fadiga visual. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, você será orientado e encaminhado para profissionais especialistas e serviços disponíveis, preparados para o acolhimento e breve intervenção, se necessário, visando o seu bem-estar.

Entretanto, a pesquisa terá como benefício direto a oportunidade de contribuir para a produção científica brasileira e para a compreensão do tema do acolhimento familiar, que ainda é pouco explorado no âmbito acadêmico nacional. Alguns outros benefícios trazidos pela pesquisa são: a) colaborar com a pesquisa; b) ajudar com informações que poderão ser utilizadas para melhorar o entendimento do programa “Famílias Acolhedoras” e do papel da psicologia no acolhimento de crianças e adolescentes; c) relatar as experiências profissionais em um ambiente seguro, preservado e sigiloso.

Após sua participação, será garantido o recebimento de esclarecimentos atualizados sobre qualquer etapa deste trabalho. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos, porém sua

identificação será mantida em sigilo, não havendo chance de ser identificado o seu nome e imagem, assegurando o completo anonimato. Sempre que solicitado você poderá ter acesso ao registro do consentimento (Resolução No. 510/2016 da CONEP, Art. 17) e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento. A pesquisadora compromete-se a compartilhar os resultados da pesquisa após a finalização da coleta, da análise de dados e da redação dos resultados obtidos.

A participação nesta pesquisa não acarretará gasto financeiro e, portanto, não está previsto reembolso financeiro de qualquer natureza ao participante. Em caso de denúncias ou reclamações relativas às questões éticas, procure o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade: Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar - Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos.

Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351- 9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. É dever deste comitê cuidar dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, tendo como referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros.

Me coloco à disposição para maiores informações pelo e-mail caroline.gilhi@gmail.com. Em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre a pesquisa, você também poderá entrar em contato com a Profa. Dra.Sabrina Mazo D’Affonseca, responsável pela orientação deste projeto pelo e-mail samazo@ufscar.br, e através laboratório em que a orientadora é vinculada, pelo endereço: LAPREV (Laboratório de Prevenção à Violência), UFSCar, Rodovia Washington Luiz, Km 235, São Carlos-SP.

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa mas não concordo em participar.